



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

21 a 24 de abril de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 24 / 04 / 2017	Página Capa	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MP cobra melhorias em sistema de recarga

Ministério Público fará uma audiência, na qual discutirá a elaboração de um Termo de Ajustamento em que a Prefeitura deverá se comprometer a melhorar o sistema CIDADES 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MP solicitará melhorias no sistema de bilhetagem

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será discutido na próxima sexta-feira, 28, com a Prefeitura de São Luís

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

Por causa da pane e da situação "crítica" no Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) da capital maranhense, o Ministério Público do Maranhão (MP) solicitará a execução de melhorias no dispositivo responsável pela recarga dos cartões de transporte em uma audiência pública na próxima sexta-feira, 26, às 10h. O encontro será na sede da Promotoria do Consumidor, localizada no bairro São Francisco, em São Luís, e complementará procedimento instaurado pelo próprio MP, na semana passada, para apurar o caso.

Na ocasião, ainda segundo o MP, será discutida a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que o Município deverá se comprometer em executar medidas que otimizem o funcionamento do SBA. Dentre elas, conforme parecer técnico feito pela Dataprom (empresa responsável pelo sistema) e de conhecimento da Prefeitura desde o

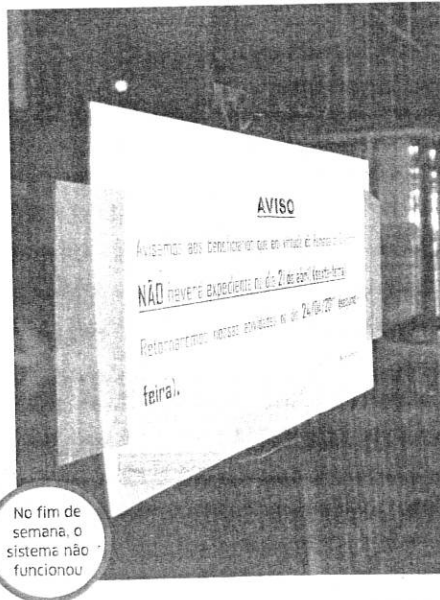
ano passado (como publicou O Estado com exclusividade em sua edição do dia 21 deste mês), está a implantação de um sistema de manutenção preventiva de ar-condicionado e do gerador de energia da central do SBA, instalada na sede da Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia (Semit), que funciona na sede da Prefeitura.

Além de apontar a ausência de estrutura física para minimizar os efeitos da alta temperatura na central de gerenciamento do SBA, a Dataprom concluiu que os problemas do sistema são "de exclusividade" da Prefeitura. Segundo a empresa, o Município "não realizou os reparos necessários no sistema". A Dataprom comprovou, por meio de laudos, que o Município foi notificado seis vezes nos últimos seis meses para executar melhorias no sistema.

Críticas

Em contrapartida, em nota encaminhada a O Estado no dia 20 deste mês, a Prefeitura rebateu as críticas da Dataprom e informou "que adquiriu peças e equipamentos eletrônicos novos e que realiza a atualização periódica do sistema". A Prefeitura – sem citar valores – confirmou ainda que possui contrato com empresa especializada (neste caso, a Dataprom) para a manutenção do SBA, "garantindo assim, o pleno funcionamento do sistema ao usuário de transporte coletivo de São Luís".

Neste fim de semana, os principais locais de recarga de cartões de transporte da capital maranhense (situados nos terminais de integração da Cohama, Cohab e Praia Grande) estiveram fechados. De acordo com funcionários desses espaços, os pontos deverão estar disponíveis ao público a partir das 8h de hoje. Além dos terminais, é possível recarregar os cartões em terminais situados nas universidades Federal (UFMA) e Estadual do Maranhão (Uema). ●





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Matões do Norte MPMA aciona ex-prefeito por supostas irregularidades em licitações

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cantanhede ingressou, no último dia 11, com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Solimar Alves de Oliveira, ex-prefeito de Matões do Norte; Marlene Serra Coelho, ex-secretária de Administração e Finanças do Município; Elinelson Jesus da Silva, ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação e a empresa S.F. Vieira Comércio.

A ação baseia-se em indícios de irregularidades em dois procedimentos licitatórios de 2009, que tratam da contratação de empresa para fornecimento de combustíveis e lubrificantes para a Prefeitura.

Em análise realizada pela Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, foram encontradas diversas inconsistências nos dois

procedimentos. De acordo com o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr, tais problemas violam os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa. Na Tomada de Preços nº 001/2009, por exemplo, não consta do procedimento licitatório a especificação clara e precisa do objeto do contrato, autorização para a realização da licitação e nem a autuação e protocolo do processo. A então secretária Marlene Coelho assinou a solicitação/autorização da licitação, homologação e adjudicação do objeto licitado, além da assinatura do contrato sem que houvesse qualquer portaria de designação assinada pelo prefeito. O edital da licitação foi assinado por Elinelson da Silva, também sem autorização

formal.

Entre outras irregularidades, foi observado que o edital da Tomada de Preço não foi publicado em jornal de grande circulação e que não foi observado o prazo mínimo de 15 dias entre a divulgação da licitação e a sessão de abertura das propostas. Há, ainda, uma série de inconsistências na documentação apresentada pela empresa vencedora do certame. Foram apontados vários indícios de que o processo licitatório foi, na verdade, montado posteriormente. Um deles é a inexatidão das datas em que ocorreram as etapas do procedimento. Apesar do edital estar datado de 8 de janeiro de 2009, a solicitação de abertura da licitação foi feita apenas no dia 12 do mesmo mês, quatro dias depois. O parecer jurídico, que deve anteceder a publicação do edital, por sua vez, foi emitido



Divulgação
O ex-prefeito Solimar Alves pode ser condenado por improbidade administrativa

apenas no dia 16. Na Ação, o Ministério Público solicita que a Justiça determine a imediata indisponibilidade dos bens dos envolvidos, em valor igual a R\$ 321.926,28. Além disso, foi pedida a condenação por improbidade administrativa de Solimar Alves de Oliveira, Marlene Serra Coelho, Elinelson Jesus da Silva, e a empresa S.F. Vieira Comércio.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça determina reforma de escola no Município de Bacuri

O Município de Bacuri tem prazo de 180 dias para proceder a reforma da Unidade Escolar Severiano Ferreira Dias – Madragoa –, adequando as condições de segurança e salubridade e fazendo o reparo completo de todas as falhas estruturais, sob pena de multa mensal no valor de R\$ 10 mil, limitada ao montante de R\$ 100 mil. A decisão é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve decisão do juiz Thadeu de Melo Alves, da Comarca de Bacuri.

A determinação se deu em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), que, em procedimento administrativo, constatou as precárias condições da escola municipal, apresentando potencial risco de danos aos alunos e funcionários. Na ação, o órgão ministerial citou o dispositivo da Constituição Federal que prevê a proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, entre eles a educação, cujo tratamento deve merecer prioridade por parte do Poder Público.

Em recurso interposto junto ao TJMA, o Município de Bacuri pediu a declaração de nulidade do julgamento antecipado da ação, alegando que não poderia ser condenado a remanejar recursos orçamentários para as despesas de reforma do prédio escolar, sob pena de afrontar o Princípio da Separação dos Poderes. Afirmou também ser papel do Poder Executivo, em seu poder discricionário, verificar a oportunidade e conveniência dos atos a serem realizados pela administração.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24/04/2017 Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeito de Santa Quitéria é denunciado por desvio de recursos

A Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Quitéria ofereceu, no último dia 7, uma Denúncia contra Sebastião de Araújo Moreira, ex-prefeito; Keller Bernardo Aquino da Silva, ex-secretário de Educação; e João Francisco Amorim Moreira, ex-tesoureiro do Município de Santa Quitéria. Os três teriam participado de um esquema que desviou recursos relativos ao pagamento de empréstimos consignados dos servidores públicos municipais. Com base em uma comunicação feita pelo núcleo municipal do Sinproesemma, sindicato dos profissionais de educação, o Ministério Público do Maranhão verificou que o município não vinha fazendo os repasses ao Banco Bradesco dos valores relativos a empréstimos consignados assumidos por servidores da educação municipal. Os valores, no entanto, vinham sendo efetivamente descontados dos vencimentos dos trabalhadores. Em agosto de 2016, o valor desviado chegava a R\$ 116.196,25. Em ofício, a própria Secretaria Municipal de Educação assumiu ter débitos pendentes junto ao banco e que estaria em negociação. O gerente do banco no município, no entanto, afirmou que o acordo feito foi descumprido pelo Executivo Municipal. Para o promotor de justiça Luiz Eduardo Braga Lacerda, "resta evidente que os acusados, valendo-se dos cargos que ocupavam na administração pública, deram aplicação diversa daquela exigida à quantia destinada ao pagamento das parcelas relativas aos empréstimos consignados firmados pelos servidores perante a instituição bancária".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	21 / 04 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Fraude em licitação

A Promotoria de Justiça de Vargem Grande ingressou com uma denúncia, por fraude em licitação, contra José de Ribamar da Cruz Ribeiro, o Riba do Xerem, do PRB (ex-prefeito de Nina Rodrigues); Zacarias de Moraes (ex-secretário municipal de Administração e Planejamento); Wanderlei Araújo Louseiro (pregoeiro); e Eric de Carvalho Costa (representante legal da empresa Qualitativa Cooperativa de Serviços Qualificados). A pena, se comprovado o processo licitatório fraudulento, é de dois a quatro anos de detenção, além de multa.

'Moreirão' denunciado

O MP de Santa Quitéria ofereceu denúncia contra o ex-prefeito Sebastião de Araújo Moreira, o 'Moreirão' (PR); Keller Bernardo Aquino da Silva (ex-secretário de Educação); e João Francisco Amorim Moreira (ex-tesoureiro).

Os três, segundo o MP, teriam participado de um esquema que desviou recursos relativos ao pagamento de empréstimos consignados dos servidores públicos municipais.

Não retornaram

Dois 501 presos de Pedrinhas beneficiados com a saída temporária da Páscoa, 46 não retornaram para a cadeia no prazo estabelecido e são considerados foragidos pela Justiça.

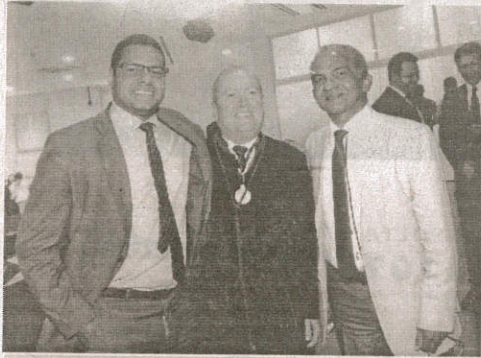
Segundo a 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, o retorno dos internos deveria ocorrer até o fim da tarde de terça-feira (18).

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VARIÉDADES
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017	Página 4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Eduardo Nicolau toma posse no cargo de corregedor geral

Em sessão solene do Ccolégio dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Maranhão, realizada na última segunda-feira, o procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, foi empossado no cargo de Corregedor Geral de Justiça do MP. O ato, que foi bastante prestigiado pelos amigos e membros do Parquet marca um momento significativo pelo órgão. Eduardo Nicolau foi eleito no último dia 5, pelo Colégio

de Procuradores e assumiu o cargo para o biênio 2017-2019. O novo corregedor-geral concorreu com o procurador de justiça Carlos Jorge Avelar Silva. Eduardo Nicolau destacou que visa trabalhar para renovar o entusiasmo de cada membro do órgão em seu compromisso constitucional de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



NICOLAU Com amigos



Eduardo Nicolau com a procuradora Fátima Travassos e a promotora Núbia Zeile





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página X	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

NA MIRA DA JUSTIÇA

Prefeitos ainda sob ameaça de cassação

Tramita na Justiça Eleitoral maranhense 168 processos que podem resultar em cassação de mandatos de gestores municipais, entre os quais Edivaldo Holanda Júnior, prefeito de São Luís **POLÍTICA 3**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 22 e 23 / 04 / 2017 Página 3		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Tramitam 168 ações que poderão resultar em cassação de prefeitos

TRE do Maranhão estabeleceu como meta para os juizes eleitorais de base que julguem os processos dos eleitos ano passado até junho deste ano

CARLA LIMA
Subeditora de Política

As eleições municipais de 2016 ainda devem durar para muitos prefeitos eleitos. Mas dessa vez não será nas urnas. O pleito deve continuar na Justiça. Tramita na Justiça Eleitoral 168 processos que podem resultar em cassação do mandato de prefeitos eleitos. Os juizes de primeiro grau, por determinação da Corregedoria Eleitoral têm, em tese, até o mês de junho para julgar todas as ações, que depois sobem para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Está em tramitação na Justiça de base 76 Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aije), 62 Ações de Investigação de Mandato Eletivo (Aime), um recurso contra expedição de diploma e 27 representações com pedido de cassação de diploma de prefeitos eleitos.

Entre os prefeitos acionados, está Edivaldo Júnior

Os números são do TRE solicitado pelo desembargador Raimundo Barros quando do exercício do mandato de corregedor eleitoral. No início de 2017, o magistrado enviou ofício a todos os juizes das zonas eleitorais pedindo relatório com listagem de ações que podem resultar em cassação de prefeito eleito.

A intenção do então corregedor - hoje presidente do TRE - era organizar um calendário para que essas ações que podem mudar o resultado das eleições municipais fossem priorizadas.

Para os juizes eleitorais, o desembargador limitou a data de junho deste ano para que esse tipo de processo seja julgado e assim passe a tramitar no TRE em grau de recurso. Segundo o magistrado, esse prazo é razoável já que existe uma meta da Justiça Eleitoral de julgar em todas as instâncias as



Raimundo Barros enviou ofício a todos os juizes eleitorais avisando do prazo estabelecido pelo TSE

O QUE É

AIJE

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral tem por objetivo impedir e apurar a prática de atos que possam afetar a igualdade dos candidatos em uma eleição nos casos de abuso do poder econômico, abuso do poder político ou de autoridade e utilização indevida dos

meios de comunicação social, penalizando com a declaração de inelegibilidade quantos hajam contribuído para a prática do ato.

SANÇÕES: Inelegibilidade por oito anos e cassação do registro ou diploma

AIME

A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo é uma ação eleitoral, prevista na Constituição Federal, que tem por objetivo impugnar o mandato obtido com

abuso de poder econômico, corrupção ou fraude.

SANÇÕES - Cassação do mandato eletivo

ações relacionadas a eleição majoritária nos municípios.

"Nesta meta específica da Justiça Eleitoral foi fixado o prazo máximo de julgamento de 12 meses em todas as instâncias", informou o desembargador Raimundo Barros em circular encaminhada aos juizes em fevereiro deste ano.

Casos

Entre os prefeitos eleitos em 2016 que estão sendo processados está o de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PDT). Ele é alvo de uma Aije protocolada pelo deputado estadual Eduardo Braide (PMN), candidato que foi derrotado no segundo turno da eleição de outubro passado.

O parlamentar acusa o pedetista de abuso de poder político, econômico e de excessos no uso de emissora de rádio e TV locais durante a campanha. O processo foi distribuído para a 1ª Zona da Eleitoral e será julgado pela juíza Ana Célia Santana.

Na ação foram anexados 295 documentos que, segundo a acusação, comprovariam os crimes eleitorais. São imagens de placas de obras com a logomarca da Prefeitura de São Luís, vídeos contendo propaganda da gestão já no segundo turno da disputa e prints de sites de internet que comprovariam o uso do slogan da administração municipal em material de campanha.

Pela ação interposta por Braide, Edivaldo Júnior, pode ser condenado a cassação do diploma ou ainda cassação do mandato.

Quem também está sendo processado é o prefeito reeleito de Timon, Luciano Leitao (PSB). Ele responde a Aije interposta pelo segundo colocado nas eleições, Alexandre Almeida (PSD), que acusa o socialista de abuso de poder político e econômico.

Leitao também responde a uma Aime impetrada pelo PMDB, que o acusa de captação ilícita de recursos. Segundo ação do partido, Luciano Leitao recebeu dinheiro de doações ilegais para sua campanha. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral da Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano (X) Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 7	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Bom Jardim

Ex-prefeita Lidiane é condenada por falta de merenda escolar

A ex-prefeita de Bom Jardim Lidiane Leite recebeu nova condenação por improbidade administrativa, em sentença do juiz Raphael Leite Guedes. Por causa de falhas no fornecimento de merenda nas escolas da rede municipal de ensino, a ex-gestora foi condenada à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos, bem como ao pagamento de multa civil no valor correspondente a 100 vezes o valor da remuneração percebida pela demandada quando ocupante do cargo de prefeita, diante da gravidade dos fatos comprovados em juízo.

A Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público estadual, diz que, em 2014, a merenda escolar aos alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede municipal, incluídas escolas da zona urbana e rural, deveria ser entregue a cada mês o equivalente a 20 dias de aula, e produtos alimentares completos, integrantes do cardápio escolar.

“Distribuída a ação em 8 de abril de 2014, o juízo de direito deferiu a tutela antecipada, sendo a requerida Lidiane Leite citada no dia 13 de maio de 2013 e apresentada a contestação na qual mencionou a perda do objeto



A ex-prefeita Lidiane Leite recebeu nova condenação por improbidade administrativa

da ação proposta em razão de supostas alegações de já ter regularizado a prestação dos serviços de merenda escolar no Município de Bom Jardim. O MP sustentou, por fim, que os fatos alegados pela requerida não condiziam com a realidade, conforme relatórios de inspeção juntados aos autos, realizados em algumas escolas municipais em que foi verificada a falta de merenda escolar regular em Bom Jardim, com evidente descumprimento de decisão judicial”, continua a sentença, observando que a ré foi citada e não apresentou contestação.

Ao decidir, o juiz frisou que a ex-prefeita mentiu para a Justiça, pois foi verificado que os alunos eram liberados antes do horário devido para se evitar o fornecimento da merenda escolar. “Consta ainda que a falta de merenda acontecia em todos os turnos de aulas e que os depósitos para armazenamento de alimentos em algumas escolas se encontravam completamente vazios, conforme registros fotográficos constante dos autos”. Para ele, restou evidente o descumprimento de decisão

judicial, fato mais grave ainda por se tratar de direito à alimentação, previsto na Constituição Federal, e ao adequado estudo de crianças e adolescentes, com violação ao direito da supremacia e da defesa dos seus interesses e direitos. “Em verdade, constato total descaso com as crianças e adolescentes deste Município com a conduta perpetrada pela requerida de não fornecer alimentação básica aos estudantes das escolas municipais e proceder alegações inverídicas em processo judicial em tramitação perante este juízo de direito que a situação se encontrava ‘regularizada’, fato grave que merece resposta pelo Poder Judiciário”, explanou o magistrado.

Além de receber as penalidades citadas acima, a ex-prefeita está proibida de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 03 (três) anos, bem como foi condenada a ressarcir de forma integral o dano causado, a ser apurado no momento do cumprimento da sentença.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	22 / 04 / 2017	Página 1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça suspende direitos políticos de Lidiana Leite

Sentença proferida pelo juiz Raphael Leite Guedes suspendeu os direitos políticos de Lidiane Leite por cinco anos, além do pagamento de multa civil

A ex-prefeita do município de Bom Jardim, Lidiane Leite, conhecida também como a "prefeita ostentação", recebeu nova condenação na última quarta-feira, 19, por improbidade administrativa. Além da suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos, ela terá que pagar multa civil no valor correspondente a 100 vezes ao valor da remuneração recebida pela demandada quando ocupante do cargo de prefeita, diante da gravidade dos fatos comprovados em juízo. A sentença foi proferida pelo juiz Raphael Leite Guedes.

De acordo com a sentença, o Ministério Público propôs uma Ação Civil Pública com Obrigação de Fazer combinado com pedido de antecipação de tutela perante a Justiça, protocolado sob o número 227/2014, objetivando o fornecimento de merenda escolar aos alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede municipal, incluídas escolas da zona urbana e rural, devendo realizar a entrega dos alimentos para cada mês, equivalente a 20 (vinte) dias de aula, e produtos alimentares completos, integrantes do cardápio escolar. "Distribuída a ação em 8 de abril de 2014, o

DIVULGAÇÃO



Lidiane Leite foi acusada de não fornecer merenda escolar no município

juiz de direito deferiu a tutela antecipada, sendo a requerida Lidiane Leite citada no dia 13 de maio de 2013 e apresentada a contestação na qual mencionou a perda do objeto da ação proposta em razão de supostas alegações de já ter regularizado a prestação dos serviços de merenda escolar no município de Bom Jardim.

O MP sustentou, por fim, que os fatos alegados pela requerida não, condiziam com a realidade, conforme relató-

rios de inspeção juntados aos autos, realizados em algumas escolas municipais em que foi verificada a falta de merenda escolar regular em Bom Jardim, com evidente descumprimento de decisão judicial", continua a sentença, observando que a ré foi citada e não apresentou contestação. Ao decidir, o juiz frisou que "em que pese os argumentos da requerida de já ter regularizado à época a prestação dos serviços de merenda escolar no município

de Bom Jardim, as referidas alegações em juízo não foram verdadeiras".

Diante dos relatórios de inspeções juntadas aos autos às folhas 11/23, realizadas em diversas escolas municipais de Bom Jardim, "verificou-se que os alunos das escolas eram liberados antes do horário devido para se evitar o fornecimento da merenda escolar e consta ainda que a falta de merenda acontecia em todos os turnos de aulas e que os depósitos para armazenamento de alimentos em algumas escolas se encontravam completamente vazios, conforme registros fotográficos constante dos autos", diz o relatório.

Para ele, restou evidente o descumprimento de decisão judicial, fato mais grave ainda por se tratar de direito à alimentação, previsto na Constituição Federal, e ao adequado estudo de crianças e adolescentes, com violação ao direito da supremacia e da defesa dos seus interesses e direitos. "Em verdade, constato total descaso com as crianças e adolescentes deste município com a conduta perpetrada pela requerida de não fornecer alimentação básica aos estudantes das escolas municipais e proceder alegações inverídicas em processo judicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

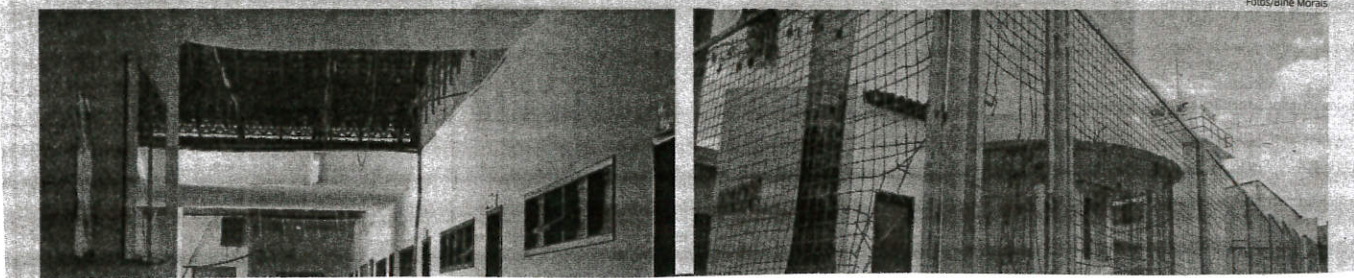
COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>22 e 23</i> 04 / 2017 Página <i>1</i>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Após desabamento, reforma não se iniciou na UEB Darcy Ribeiro

Parte do teto e do forro da unidade de ensino caiu em março, deixando um aluno e uma professora feridos; incidente aconteceu há mais de 20 dias e crianças estão sendo prejudicadas; esse não foi o primeiro acidente na escola

Fotos/Biné Moraes



LEANDRO SANTOS
Da equipe de O Estado

Passados mais de 20 dias da data em que parte do telhado da Unidade de Educação Básica (UEB) Darcy Ribeiro, localizada no bairro do Sacavém, em São Luís, desabou, a reforma do prédio ainda não foi iniciada. Enquanto isso, centenas de crianças estão sem estudar, o que compromete o calendário escolar desses alunos.

O Estado esteve na escola e constatou que pouca coisa havia sido feita após o acidente do dia 27 de março, que deixou um estudante e uma professora feridos. Apenas uma limpeza foi realizada no local, com a retirada de metade dos entulhos. Mas ainda é possível ver parte do teto e do forro pendurados e cadeiras amontoadas nos corredores.

Incertezas

Enquanto a situação não é resolvida, a incerteza paira no ar e os pais não sabem o que fazer com os filhos fora das salas de aula. Do lado de fora da escola, um cartaz fixado informa que desde a segunda-feira, dia 17, os alunos que estão no turno matutino foram transferidos para a Unidade Integrada (UI) Estado do Ceará, enquanto aqueles que estudam no período noturno foram para a UEB Josué Montelo. Mas a questão é: o que acontecerá com os alunos

Os problemas de infraestrutura são antigos

que estudam na UEB Darcy Ribeiro no turno vespertino?

Foi em busca da resposta para essa pergunta que a dona de casa Nilma Braga esteve na escola. No entanto, ela foi embora da maneira como chegou ao local: sem nenhum posicionamento da administração da unidade escolar municipal.

Ela tem dois filhos que estão no local. A menina, de 10 anos, como estudada pela manhã, foi transferida para a UI Estado do Ceará. Mas o seu filho, de 8 anos, que estuda no período da tarde, ainda está fora da

OUTROS INCIDENTES NA UEB DARCY RIBEIRO

- Março de 2017: parte do teto da escola caiu sobre a cabeça de 30 alunos, todos com 11 e 12 anos de idade. Um estudante e uma professora ficaram feridos. Eles foram encaminhados para o Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), onde ficaram em observação por algumas horas.

- Setembro de 2016: na véspera das eleições municipais, a unidade de ensino foi alvo de um atentado. O ataque ocorreu durante a madrugada quando uma sala foi incendiada por

criminosos. O teto da sala de aula desabou e, para que os bombeiros pudessem entrar e controlar as chamas, eles tiveram que quebrar parte do teto das salas vizinhas. A sala não foi reformada até agora.

- Janeiro de 2013: os bandidos cumpriram as pichações que havia na parede da escola, onde anunciavam que atacariam o local. Na época, foram levados equipamentos de som, computadores e extraviaram documentos em que constava o histórico escolar dos alunos.

Queda

No dia 27 de março, logo após o início das aulas do turno vespertino, parte do telhado de uma das salas da UEB Darcy Ribeiro, escola da rede municipal localizada no Sacavém, desabou sobre 30 alunos e a professora, que estavam em sala. Segundo o Corpo de Bombeiros, um estudante e a professora ficaram fe-

ridos e precisaram ser encaminhados ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), Centro, para atendimento médico.

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação, instaurou procedimento para apurar as causas do desabamento de parte do telhado da

escola e convocou a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), para prestar esclarecimentos do motivo da não realização de obras de manutenção de urgência na unidade no segundo semestre de 2016, conforme estava acertado entre o MP e Semed.

Continua em Cidades 2

sala de aula.

"Até agora, só tem aula para o período matutino e não nos dão nenhuma informação sobre o turno vespertino. Se houver mais demora, o jeito é procurar outra escola, mas as outras já estão sem vagas", lamentou a dona de casa.

O electricista Sebastião Lopes tem um filho de 13 anos que estuda na UEB Darcy Ribeiro e também está preocupado com sua situação. "Estou esperando até agora uma resposta que não deram. Era para ter uma reunião na segunda-feira passada, mas não teve", disse.

O que acontecerá com os alunos do turno vespertino?

Antigos

Os problemas de infraestrutura da UEB Darcy Ribeiro são antigos. Desde 2014 o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) encaminha ofícios para a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informando a situação da escola e cobrando providências. Em anos anteriores, a unidade de ensino já foi violada e saqueada por vândalos.

A Prefeitura de São Luís foi procurada por O Estado para dar

explicações sobre previsão para o início das obras na UEB Darcy Ribeiro e como ficará o calendário escolar. Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informou apenas que já finalizou os serviços de requalificação do teto da UEB Darcy Ribeiro, e que vai iniciar os serviços na parte elétrica do prédio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
DATA 22 e 23 / 04 / 2017 Página 4		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Saeb avaliará escolas públicas e privadas das zonas urbanas e rurais

A partir de 2018, todas as escolas que participarem da aplicação censitária terão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica calculado; o Inep, responsável pelo Saeb, publicará portaria com a regulamentação completa para a edição de 2017

BRASÍLIA

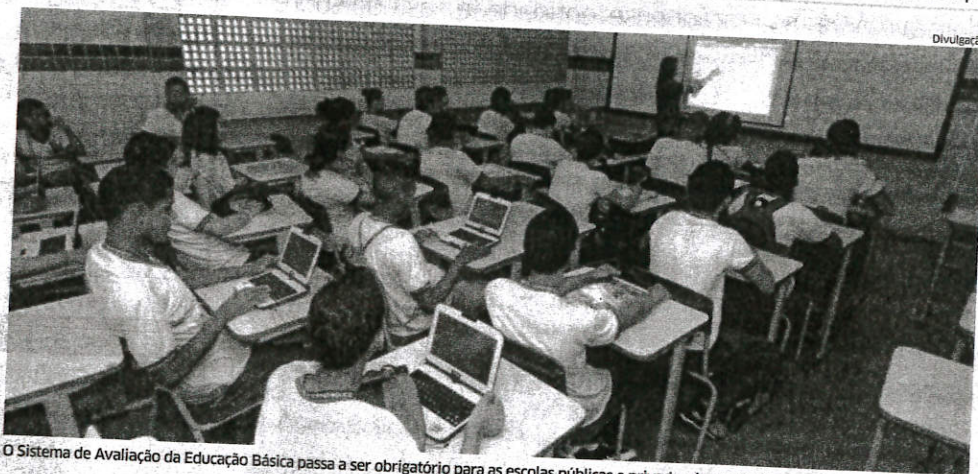
O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) vai avaliar todas as escolas públicas e privadas, de zonas urbanas e rurais, com pelo menos dez estudantes matriculados em turmas regulares na 3ª série do ensino médio (ou 4ª série do ensino médio, quando esta for a série de conclusão da etapa).

A portaria foi publicada quinta-feira, 20, no Diário Oficial da União. As escolas públicas de zonas urbanas e rurais com 10 ou mais estudantes matriculados em turmas regulares de terceiro, quinto e nono ano do ensino fundamental seguem fazendo as avaliações, como já ocorria.

Além desse público que fará a avaliação de forma censitária, serão consideradas amostras de escolas privadas, localizadas em zonas urbanas e rurais, com estudantes matriculados em turmas regulares de quinto e nono anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio. A amostra vai contemplar o Distrito Federal e os 26 estados brasileiros.

Adequação

A partir de 2018, todas as escolas que participarem da aplicação censitária do Saeb e que cumpri-



O Sistema de Avaliação da Educação Básica passa a ser obrigatório para as escolas públicas e privadas de zonas urbanas e rurais do país

Portaria foi publicada no Diário Oficial

A amostra ocorrerá no Distrito Federal e em 26 estados

DESEMPENHO

Saeb utiliza avaliações externas em larga escala para diagnóstico

Instituído em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica utiliza avaliações externas em larga escala para fazer um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante,

fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. O levantamento produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal,

estadual e federal, em busca da melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. O Saeb também fornece dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

rem critérios determinados terão seu índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) calculado. O índice, que combina resultados do Censo Escolar e do Saeb, é divulgado a cada dois anos.

Com o encerramento da divulgação do Enem por escola, que apresentava dados estatisticamente inadequados para avaliação de sistemas de ensino e escolas, a população terá uma avaliação mais ajustada das instituições de ensino brasileiras.

Obrigatório

O Saeb é obrigatório para as escolas públicas e facultativo para as escolas privadas. Todas as escolas públicas, portanto, terão seu Ideb calculado. Já as escolas privadas interessadas em ter o índice aferido deverão participar do Saeb. Para isso, será necessário assinar um Termo de Adesão e pagar uma taxa – apenas as escolas particulares – que varia de R\$ 400 a R\$ 4 mil, de acordo com o número de alunos.

Em até 30 dias, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Saeb, publicará uma portaria com a regulamentação completa para a edição de 2017, incluindo os procedimentos necessários para adesão das escolas da rede privada de ensino que desejarem participar do Sistema. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Biné Moraes

Sem aula

Carteiras amontoadas sob parte de teto que desabou na UEB Darcy Ribeiro

Escolas da rede municipal de ensino estão em situação crítica

Sineducação denuncia que 90% da escolas da rede municipal estão em péssimo estado de conservação, o que tem prejudicado as atividades em sala de aula e, por consequência, a qualidade do ensino CIDADES 1 E 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017	Página 9
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Moradores realizam mutirão para retirar lixo da Praia da Guia

NELSON MELO

Incomodados com a grande quantidade de sujeira que se amontoa na Praia da Guia, localizada na Vila Nova, no eixo Itaqui-Bacanga, em São Luís, moradores da região e bairros adjacentes se reuniram em um mutirão, neste sábado (22), para promover uma limpeza no local. Cerca de 300 pessoas compareceram, levando consigo materiais necessários ao serviço, como sacos e vassouras. Raul Fagner, um dos coordenadores do movimento, esclareceu que a ação começou há seis meses, quando populares igualmente se reuniram e limpam a Praia do Amor e Prainha, ambas localizadas na região Itaqui-Bacanga. A primeira

foi alvo do mutirão por duas vezes, enquanto a segunda passou por um processo de limpeza em três ocasiões, sendo que, em uma dessas intervenções da população, cerca de uma tonelada de lixo foi retirada do ambiente. Segundo pontuou, a sujeira é levada pela força da maré, vinda de outro local, e, com o passar do tempo, o lixo se acumula na areia. Essa explicação foi sustentada pelo professor de Geografia Josuel Silva, para quem os entulhos encontrados na Praia da Guia são despejados em outro setor, perto dali, mas, devido a um fenômeno denominado remanso - em que ocorre uma tensão aquática entre áreas de baixa e alta energia -, garrafas, copos plásticos, restos de comida, caixas de papelão e peças de computador acabam parando



Francisco Silva

Pessoas de diversas faixas etárias participaram do mutirão na Praia da Guia

em pontos distantes. Josuel mencionou, também, a localização geográfica dos rios Bacanga e Anil no deslocamento do lixo, tendo em vista que suas planícies são inundadas. O professor, Raul e as demais pessoas, vestidas com camisas personalizadas do mutirão, atuaram na limpeza da praia, considerada uma das mais bonitas do litoral maranhense e muito frequentada, sobretudo aos fins de semana, quando ocorrem passeios de canoa, em uma viagem local com muitos atrativos naturais, tanto na flora

como na fauna. O evento, de acordo com informações de Raul Fagner e do professor Josuel, foi amplamente divulgado nas redes sociais. A previsão para o término da limpeza era indefinida. Cabe ressaltar que o lixo retirado da praia seria levado em caminhões por equipes da Prefeitura de São Luís responsáveis por esse tipo de serviço. Os recicláveis seriam aproveitados pelo projeto "EcoCemar", por meio de um programa de coleta seletiva, contribuindo, assim, para a preservação do meio ambiente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 23 / 04 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Prefeitura não paga dívida de R\$ 3,4 milhões e empresa retira toda a fiscalização eletrônica SL

Arco Sinal entrou na Justiça essa semana para cobrar o débito

Uma dívida de R\$ 3,4 milhões da Prefeitura de São Luís com a empresa de sinalização Arco Sinal levou a retirada do sistema de fiscalização eletrônica das principais avenidas da capital. A empresa paulista diz que está há dois anos e sete meses sem receber os pagamentos na gestão de Edivaldo Holanda Júnior (PDT). Essa semana, a Arco Sinal ingressou na Justiça estadual para cobrar o débito.

A empresa paulista Arco Sinal passou a operar o sistema de fiscalização eletrônica em São Luís depois de vencer a licitação no início de 2014. Com a assinatura do contrato nº 06/2014 no valor de R\$ 8 milhões anuais, em 26 de julho, as novas barreiras eletrônicas, fotossensores e radares voltaram a funcionar na capital. O contrato de dois anos previa a possibilidade de renovação. A partir de agosto de 2014 as medições para o pagamento dos serviços de fiscalização começaram a ser feitas, e eram auditadas pelo Inmetro. Mas, segundo a Arco Sinal, nenhum pagamento foi efetivado pela Prefeitura de São Luís. Em outubro de 2015, a Arco Sinal comunicou a Prefeitura da capital que desligaria no fim de dezembro o sistema de fiscalização eletrônica, caso o governo municipal não saldasse os débitos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Arco Sinal desligou os equipamentos. Mas, após várias tratativas com os secretários municipais Canindé Barros (Trânsito e Transportes) e Lula Filho (Governos), retomaram os serviços com a promessa de pagar o débito e renovação do contrato por mais 12 meses. A Arco Sinal seguiu com os serviços, 19 medições foram realizadas, mas a empresa paulista continuou sem receber os pagamentos. Sem receber nenhuma parcela do contrato e após ter sido informada pela Prefeitura de São Luís que não haveria mais renovação do contrato, a direção da Arco Sinal comunicou o governo municipal que retiraria as barreiras eletrônicas, fotossensores e radares que compunham o sistema de sinalização.

AÇÃO JUDICIAL

O secretário Canindé Barros tem dito que os serviços foram interrompidos por conta do fim do contrato, sem fazer qualquer referência ao débito de R\$ 3,4 milhões de dívidas com a empresa Arco Sinal. No governo há auxiliares do prefeito que asseguram que Edivaldo Holanda Júnior desconhece o débito criado na SMTT.

Ao inaugurar o sistema de fiscalização eletrônica em julho de 2014, Canindé Barros afirmou que "a modernização do sistema



Francisco Silva

integra o Plano Estratégico de Melhorias para o Trânsito". A empresa Arco Sinal ingressou na Justiça estadual nesta semana para cobrar a dívida de R\$ 3,4 milhões da Prefeitura de São Luís. Segundo o advogado Daniel Guerreiro, a Arco Sinal "ajuizou uma ação de indenização para recebimento dos valores do contrato no período efetivamente prestado". Além do contrato nº 06/2014 para fiscalização eletrônica, a Arco Sinal detém o contrato nº 05/2014 para a sinalização das vias de São Luís. Com um valor quatro vezes maior do que o da fiscalização, os valores também não estão pagos pelo governo municipal. A fiscalização eletrônica estava instalada nas barreiras eletrônicas da Avenida dos Holandeses, próximo à entrada da Avenida

Litorânea, e os fotossensores nas avenidas Colares Moreira, próximo ao Shopping Tropical; Daniel de La Touche, no Cohajap, Colégio Adventista, na sede da SMTT e na Avenida Litorânea.

OUTRO LADO

"Informamos que o contrato dos fotossensores venceu e foi aberta nova licitação para contratação de equipamentos modernos de fiscalização eletrônica que permite acompanhar os trabalhos diretamente do CCO, priorizando a fiscalização eletrônica nas faixas preferências do transporte coletivo que já existem na Colares Moreira e Castelo Branco e nas que estão no projeto para execução. O processo licitatório já está na CPL", respondeu ao Jornal Pequeno a assessoria de Comunicação da SMTT.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 11	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cooperativa dos “carrinhos” quer a legalização do serviço

A Coopettaib, que representa os motoristas desse meio de transporte na área do Itaqui/Bacanga, afirma que o Poder Executivo vem apreendendo veículos de forma arbitrária, uma vez que a autorização para a circulação existe desde 1996

A Cooperativa de Táxi e Transporte Área Itaqui-Bacanga (Coopettaib) está solicitando dos órgãos competentes de São Luís a legalização do serviço de transporte popularmente chamada de “carrinhos”. Segundo a entidade, a autorização para a circulação dos veículos existe desde 1996, por meio da Lei nº3.430, que dispõe sobre o serviço público de transporte de São Luís.

Por meio de nota a O Estado, a Coopettaib diz que a atividade “exerce um papel social importantíssimo nas comunidades”. Afirma que apesar da necessidade aparente de autorização do serviço, o “poder público não trata os carrinhos como uma categoria e cooperativa de transporte”. E acrescenta: “o Poder Executivo Municipal vem apreendendo os veículos de forma arbitrária e grosseira”.

A Cooperativa afirma ainda que há descumprimento – com a falta de legalização do serviço – do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê autorização específica de autoridade competente (neste caso, a Prefeitura de São Luís) para o transporte remunerado.

A Coopettaiba sugere que os órgãos competentes devem “aproveitar a mão de obra”, neste caso, os motoristas dos táxis-lotação da cidade, para oportunizar emprego



“Carrinhos” atuam no centro de São Luís disputando passageiros com o sistema de transporte coletivo que atua na área Itaqui/Bacanga

e incrementar a arrecadação tributária. Segundo a entidade, com base em dados fornecidos pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís, a capital maranhense possui atual-

mente 700 mil usuários de ônibus.

Sem fiscalização

Enquanto a legalização não é feita, os “carrinhos” aproveitam a falta de rigor na fiscalização da Secretaria

Cooperativa sugere aproveitamento de mão de obra

Motoristas dos “carrinhos” fizeram protesto

ria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) e circulam livremente na região central da cidade. Para driblar os agentes, motoristas estão estacionando veículos em frente ao Liceu Maranhense.

Na tarde de quinta-feira, 20, O Estado flagrou pelo menos cinco veículos aguardando passageiros no local. Segundo informações, no período da manhã, a quantidade de “carrinhos” na área do Liceu é maior. Segundo motoristas de ônibus, os “carrinhos” disputam agressivamente os passageiros. Em uma das paradas de ônibus da cidade, por volta das 16h de quinta-feira, um coletivo foi obrigado a aguardar, por alguns minutos, um “carrinho” que embarcava passageiros.

Protesto

Na quarta-feira, 19, motoristas dos “carrinhos” interromperam por várias horas o fluxo de veículos na Avenida dos Portugueses. Eles protestavam contra a falta de legalização do serviço. No dia 29 de março, os motoristas dos táxis-lotação promoveram uma manifestação em frente à Câmara Municipal de São Luís.

Sobre a operação dos “carrinhos”, O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís, que não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta edição. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	21 / 04 / 2017	Página	1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Após quebra de tubulação antiga, nova adutora será entregue em junho

Um trecho da tubulação do Sistema Italuís rompeu-se na noite de quarta-feira, dia 19, na BR-135, no Campo de Perizes; com isso, a quinta-feira foi de torneiras vazias em muitos bairros de São Luís; em 25 de fevereiro, a tubulação também teve problemas

Após mais um rompimento da tubulação da Adutora de Água Tratada do Sistema Italuís, que deixou parte da população da capital com o abastecimento d'água comprometido, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informou novo prazo para a entrega das obras de substituição de toda a tubulação do Italuís. Segundo a empresa, os serviços serão concluídos em junho deste ano. A demora ocorreu por causa da instalação da nova tubulação na estrutura que passa ao lado da Ponte do Estreitos dos Mosquitos que exigiu tempo extra para a conclusão desta etapa dos trabalhos.

Um trecho da tubulação do Sistema Italuís rompeu-se na noite de quarta-feira, dia 19, na BR-135, no Campo de Perizes. Com isso, a quinta-feira foi de torneiras vazias em muitos bairros de São Luís. Ainda na manhã de ontem, técnicos da companhia foram deslocados para o local do rompimento para consertar a estrutura, o que ocorreu ainda ontem. Segundo a Caema, o abastecimento já estará regularizado em alguns bairros hoje. Esta foi a segunda vez que a adutora rompeu-se este ano. Em 25 de fevereiro, a tubulação também apresentou problemas.

Rompimentos

Com mais de 30 anos de operação, a adutora do Italuís encontra-se comprometida em razão da ferrugem e da corrosão, o que gera rompimentos ao longo da tubulação com certa frequência. Em novembro de 2012, foi assinada ordem de serviço para o início das obras de substituição dos 19 quilômetros da adutora. Para a realização do serviço, o Governo do Estado, por meio da Caema, conseguiu, junto ao Governo Federal, investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a contrapartida do Governo do Maranhão. A obra tinha conclusão prevista para novembro de 2013, mas, por causa da complexidade da troca da tubulação, ainda não foi concluída e novos prazos foram sendo estipulados. Na edição do dia 5 de outubro de



Trecho da adutora onde houve rompimento foi consertado

2016, O Estado informou que a obra, que deveria ter sido concluída em julho daquele ano, ainda estava em andamento. Na edição do dia 26 de janeiro deste ano, a Caema informou que o prazo de conclusão seria março. Agora, a companhia informou que os serviços serão entregues em junho.

Adutora do Italuís encontra-se comprometida

Obra complexa

Segundo a Caema, vários trechos da obra precisaram de tempo extra para serem concluídos por causa da complexidade da estrutura, que é extensa e pesada. Um dos trechos mais difíceis foi concluído há algumas semanas: a travessia da tubulação por sobre a Ponte do Estreito dos Mosquitos, que liga a Ilha de São Luís ao continente. Somente este trecho tem uma ponte de 110 metros de comprimento, 5 metros de largura e 16 metros de altura em seu ponto mais alto. A estrutura é feita com 350 toneladas de ferro puro. Essa treliça é que

liga os tubos da adutora com o continente.

Além de desobrigar o uso da ponte férrea existente no local, que, hoje, serve de apoio e sustentação dos dutos da adutora antiga, e servir de passarela para a nova adutora, a nova base já está preparada para receber futuramente dutos de uma adutora paralela.

As cabeceiras foram arquitetadas mediante uma série de variáveis que precisaram ser antevistas à luz de um projeto estrutural que permita êxito, não só na acomodação dos dutos, mas também no que diz respeito à sustentação do peso exercido pela própria ponte, que, somada ao da adutora em operação, será de aproximadamente 600 toneladas no total.

Foram necessários avaliação e entendimento junto à Marinha para que a colocação da ponte cumpra regras e não prejudique a navegação de pequenas embarcações que cruzam o estreito. Devido a diversos fatores, a ponte precisa seguir uma altura padrão de instalação que respeite um limite mínimo em relação à linha d'água de, no mínimo, 4,5 metros de altura em relação à maré alta e 8,50 metros na maré mais baixa. Nestes termos,

após ser colocada nas cabeceiras, a ponte terá uma altura final de 20,5 metros, atendendo a padrões e exigências da Marinha mediante condições de navegabilidade pela variação de marés.

Melhorias

Segundo a Caema, a conclusão da

Obra tinha conclusão prevista para novembro de 2013

ponte faz parte da fase final da obra de Remanejamento da Adutora de Água Tratada do Sistema Italuís. A obra está substituindo a antiga adutora ao longo do Campo de Perizes por uma outra mais moderna de tubos de aço de 1.400 milímetros, compreendendo, ao todo, um trecho de 19 quilômetros, permitindo assim que o sistema opere com maior volume d'água transportado para São Luís. Além da substituição dos tubos, itens de apoio à adutora como isoladores (toco) em polietileno reforçado em fibra de vidro, para prevenir acidentes devido à proximidade das linhas de

transmissão da Eletronorte, entre outros pontos, foram pensados para reduzir riscos e danos.

Diferentemente da antiga, que carece de operações preliminares de escoamento da água, a nova adutora também facilitará a realização de operações pelo fato de ter recebido, em pontos específicos, válvulas de seccionamento que "reprezam" a água em partes da adutora, dando mais rapidez na realização de procedimentos, diminuindo, inclusive, prazos para o reabastecimento em caso de liberação pós-manutenção ou consertos, o que antes era ampliado devido ao fato de que a antiga adutora precisava ser esvaziada. ●

SAIBA MAIS

Mais vazão

A atual vazão da adutora é de 1,8 metro cúbico por segundo e, com as intervenções que estão sendo realizadas, a estrutura passará a ter capacidade de 2,1 metros cúbicos por segundo. Aumento de 30%.

35 anos de operação

Construído em 1982, o Sistema Produtor Italuís é responsável pelo abastecimento de água de 60% dos bairros de São Luís. Mais de 450 mil pessoas da região metropolitana dependem do sistema. A fonte de produção de água é o Rio Itapecuru, com captação localizada nas proximidades da localidade de Timbotiba, no município de Rosário.

NÚMEROS

19 km é a extensão da nova adutora do Sistema Italuís
1.500 tubos de aço patinável
12 metros é o comprimento de cada tubo
1,40 metro é o diâmetro de cada tubo
R\$ 106 milhões é o valor aproximado do investimento

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 22 e 23 / 04 / 2017		Página 9	
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ministro Sarney Filho defende sustentabilidade em evento

Ministro participou do 16º Fórum Empresarial, em Foz do Iguaçu, no qual alertou empresários para os efeitos das mudanças climáticas e sobre o avanço da crise hídrica no país, reforçando que cuidar do meio ambiente é também cuidar da produção

FOZ DO IGUAÇU (PR)

O ministro Sarney Filho destacou a importância do meio ambiente para o desenvolvimento do país durante o 16º Fórum Empresarial, realizado na manhã de sexta-feira, 21, em Foz do Iguaçu (PR). Sarney Filho alertou os presentes sobre os efeitos das mudanças climáticas e sobre o avanço da crise hídrica no país. "A gente sabe que o meio ambiente tem tudo a ver com produção. Portanto, quando se fala em cuidar do meio ambiente, se fala em cuidar da produção também", enfatizou.

Segundo o ministro, um exemplo é a Amazônia. "Não é mais somente um estoque de gases do efeito estufa ou uma possibilidade de curas por meio da sua imensa biodiversidade. Quando se fala em preservar a Amazônia, quando se conversa com o agronegócio sobre a necessidade de não desmatar mais a Amazônia, estamos cuidando do próprio agronegócio", afirmou.

Licenciamento

A futura Lei Geral do Licenciamento Ambiental foi outro ponto destacado por Sarney Filho durante o fórum, que é considerado o maior evento corporativo do Brasil. O ministro reforçou que tem negociado com os diversos segmentos, desde o início da gestão, por determinação do presidente Michel Temer, para fechar um texto consensual



Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, falou a empresários sobre preservação e desenvolvimento

sobre a questão do licenciamento.

Ele explicou que o governo se empenhou em construir um projeto que seja um instrumento favorável, ao mesmo tempo, à produção e à proteção. "Avançar nesse tema é fundamental para manter o equilíbrio socioambiental e para o desenvolvimento do país", enfatizou Sarney Filho.

Segundo o ministro, a proposta inova ao trazer para o texto da lei a correlação entre causa e efeito,

tanto para o tipo de procedimento a ser aplicado, quanto para a determinação de exigências ao empreendedor. "Assim, não serão imputadas obrigações e responsabilidades que não guardem relação com os impactos do empreendimento".

Outra previsão da Lei é o critério de localização. "Esta é a grande inovação, que reconhece que uma estação de tratamento de água na cidade de São Paulo, por exemplo,

não pode passar pelo mesmo trâmite burocrático que uma hidrelétrica na Amazônia. Com esta abordagem, a maior parte das licenças será dada pelo rito simplificado, seja bifásico, em fase única, ou por adesão e compromisso", explicou o ministro.

Investimento

Sarney Filho também destacou a importância das concessões de uso em parques nacionais e informou

MAIS

Evento

Promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), o evento contou com a presença de diversas autoridades e representantes dos setores público e privado, entre eles o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; os ministros Mendonça Filho (Educação), Dyogo Oliveira (Planejamento), Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo); e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Ives Gandra Filho.

que pretende, até o fim deste ano, fazer oito novas concessões. "Gostaria de explicar que não estamos falando em privatização de unidades de conservação. Fazemos concessão de uso. Primeiro é feito o plano de manejo, onde consta o que pode e o que não pode ser usado dentro da unidade. Em seguida é feita a concessão e, assim, a iniciativa privada pode investir e ganha o seu retorno", disse o ministro.

O Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, foi o primeiro do Brasil a receber concessões privadas de uso. Em 2016, a unidade recebeu mais

de 1,5 milhão de pessoas. As próximas concessões serão para o Parque Nacional da Tijuca (RJ), Fernando de Noronha (PE), Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional de Brasília (DF) e Parque Nacional do Pau Brasil (BA). O edital para esses dois últimos foi lançado no mês passado.

O ministro destacou ainda que os parques podem ser fontes de desenvolvimento e de geração de renda para os municípios, com suas atividades turísticas, recreativas e de lazer, que movimentam diversos setores econômicos, como o hoteleiro, gastronômico, de guias, o de locação de veículos e equipamentos, além do comércio em geral.

Floresta em pé

Durante o evento, o ministro do Meio Ambiente também lembrou da importância de alternativas econômicas que possam valorizar o bem ambiental na luta contra o desmatamento. Uma dessas alternativas é a concessão florestal, que tem como objetivo conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno, além do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.

"Dessa forma, você gera emprego, renda e, ao mesmo tempo, essa floresta continua a prestar seus serviços ambientais. A floresta em pé vale mais do que a floresta derribada", ressaltou o ministro. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
DATA 24 / 04 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Banhistas ignoram pontos impróprios para banho

Apesar dos alertas das placas, muitos banhistas não se importaram com as condições do tempo e nem da balneabilidade para curtirem a praia neste fim de semana

PATRICIA CUNHA

Com sol forte (a chuva deu uma trégua pela manhã) e muito calor, o destino de muitas pessoas ontem foram às praias de São Luís. Banhistas procuraram as praias da capital para se refrescar, muitos deles ignorando os trechos considerados impróprios para banho, em laudo divulgado no dia 11 de abril pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema. O monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução Conama nº 274/00.

Para o acompanhamento das condições de balneabilidade da orla marítima, foram coletadas e analisadas amostras de água de 21 (vinte e um) pontos distribuídos nas praias da Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Olho d'Água, Praia do Meio e Araçagi.

Na Praia da Ponta da Areia, embora com um movimento pequeno, banhistas aproveitaram para tomar sol e banho de mar. Quando questionados sobre as placas indicando o local impróprio para banho, muitos disseram que isso não importava muito, a exemplo da comerciária Regina Araújo, moradora do São Francisco. "Moro aqui há muitos anos e sempre frequentei essa praia, por ser mais perto de casa, e nunca aconteceu nada. Infelizmente, a gente sabe que pode acontecer com tanta poluição e esgoto, mas não vou deixar de vir à minha praia", afirmou.

Em outro ponto da orla, na Praia de São Marcos, a manhã de ontem foi tranquila para os banhistas. Enquanto uns tomavam banho, outros aproveitaram para bater a famosa "pelada". "Sempre tem de ter o futebolzinho. Apro-



A Praia de São Marcos estava bastante movimentada neste fim de semana, mesmo diante das placas de aviso

Moro aqui há muitos anos e sempre frequentei essa praia por ser mais perto de casa e nunca aconteceu nada. Infelizmente, a gente sabe que pode acontecer com tanta poluição e esgoto, mas não vou deixar de vir à minha praia

Regina Araújo, comerciária

veitamos hoje a manhã sem chuva e a maré baixa para bater uma bola. É muito mais gostoso com esse ar de praia", comentou o vendedor Evilásio da Silva.

Trabalhadores

Quem não gostou muito do movimento de ontem foram os trabalhadores dos bares, que esperavam um fim de semana de praias mais cheias. "Com esse feriadão, acho que muita gente

viagou. Achei que o movimento foi fraco mesmo", comentou Renato Francisco, opinião compartilhada pelo garçom Antônio Bruno de Jesus. "Feriado com chuva foi ruim pra gente, mas esperamos que melhore. Acho que até para os vendedores ambulantes está ruim", opinou.

Ambulantes

E por falar em vendedor, era essa categoria que queria

faturar na manhã de ontem, já que os últimos fins de semana foram de chuva. Seu Raimundo Jorge Bento, de 45 anos, saiu de casa bem cedo, no São Cristóvão, para garantir a renda do dia. A expectativa dele era de que até as 17h vendesse a mercadoria. "Esperando que não chova, porque com chuva a galera vai embora. E nesse tempo chuvoso a venda cai", diz.

Frutas, roupas de banho, óculos de sol, queijo, ostras, camarão, bronzeadores, DVDs, CDs... Na praia se encontra de tudo. E a vida pra eles começa cedo. "A gente monta barracquinha aqui, enquanto outra vai vendendo na areia", contou Estefânia Costa sobre a venda de bronzeadores.

Ostreiros também esperaram um dia de sol forte. "Nosso dia só termina quando o sol vai embora. E hoje tomara que ele fique bem forte", comentou José de Ribamar da Guia.

HONORIO MOREIRA / IMP / DAPRESS

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>caderno 2</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>21</i> / 04 / 2017	Página <i>1</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Abandonado, prédio do Centro de Artes Japiiaçu se transformou em ponto para consumo de drogas

O CAJ foi fundado em 1972, pela professora Rosa Mochel, com o objetivo de capacitar a comunidade

LUCIENE VIEIRA

Há exatos 45 anos, era fundado o Centro de Artes Japiiaçu (CAJ), no bairro do Diamante, tendo à frente a professora Rosa Mochel. Passado todo esse tempo, o que deveria servir para capacitar a comunidade em seu entorno sofre pelo descaso e abandono. Com suas atividades paralisadas há cerca de três anos, o prédio do CAJ está com a estrutura bastante deteriorada e servindo de abrigo para usuários de drogas. Quem vai atualmente ao CAJ, que é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), encontra o espaço fechado com cadeados no portão da única entrada. Porém, não está impedido de ter acesso às instalações do prédio, pois a metade do muro lateral do imóvel caiu e tem facilitado a passagem de pessoas que vão para lá consumir entorpecentes. Conforme constatado pela reportagem do **Jornal Pequeno**, em visita ao local esta semana, o CAJ apresenta sinais de que há anos não recebe sequer uma pintura em suas paredes; com a grade de ferro na entrada tomada por ferrugem. Na calçada, que está quebrada, o capim cresce entre as rachaduras dos blocos de cimento, e um amontoado de lixo completa o cenário de abandono do espaço.

Insatisfeito com o estado de abandono, o morador Valdecir Barros externou sua indignação e chamou atenção para o fato de a parte do muro lateral ter caído em 2016, sem que até hoje fossem feitos os devidos reparos. O tenente do Corpo de Bombeiros Cássio Murilo, que nasceu no Diamante e atualmente mora em Bacabeira, passa as férias em seu bairro de origem e disse não ter gostado de ver o Centro de Artes na situação em que está. Cássio Murilo informou já ter presenciado, no pouco tempo que está na capital, diversas pessoas entrando no prédio para consumirem drogas. Cássio e Valdecir afirmaram que o local tem dois vigilantes, mas que eles trabalham apenas pela noite, e em escala de plantão, ficando apenas um segurança por turno. "Mesmo com o vigilante, os usuários de entorpecentes não se intimidam e invadem o CAJ para fazerem uso do material ilícito", informou o tenente do Corpo de Bombeiros. Os moradores fizeram um apelo ao poder público, tanto à Prefeitura de São Luís quanto à Câmara de Vereadores, a fim de que medidas sejam adotadas para mudar o cenário atual do Centro de Artes Japiiaçu.

O CENTRO

O Centro de Arte Japiiaçu foi criado em 1972, pela professora Rosa Mochel, com o objetivo



Localizado na Rua Travessa do Dirceu, no Diamante, o CAJ precisa de atenção urgente

de capacitar a comunidade com a promoção de cursos, oficinas, treinamentos, realização de feiras, exposições, implantação de atividades em parceria com instituições públicas e privadas.

E tinha como finalidade atender diferentes linguagens artísticas, exercitando práticas e atitudes para expressão, interação e comunicação das pessoas. As atividades do local eram voltadas

para a educação, inclusão social e geração de renda, por meio do desenvolvimento de produtos artísticos, utilitários e artesanais. O Centro de Artes Japiiaçu revelou diversos talentos

em São Luís na área da pi escultura, xilogravura. Por dos seus cursos, as pessoa comunidade se descobri artistas e ainda garantiram fonte de renda extra.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ACONTECEU
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	29/04/2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Licitação de transportes público semiurbano

O estado do Maranhão tem o prazo de 180 dias para tomar medidas necessárias para realização de licitação do serviço público de transporte coletivo semiurbano de passageiros de todas as linhas que abrangem os municípios da ilha (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa). A licitação deve ser concluída no prazo máximo de um ano, observada a modalidade concorrência pública, com estabelecimento de obrigações e metas a serem atingidas pela concessionária ou concessionárias, bem como fiscalize de forma eficaz a prestação do serviço, velando pela qualidade, eficiência e transparência nos termos da Lei 8.987/95 e Lei 8.666/93. A sentença é da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís, assinada pelo juiz Titular Douglas Martins. Em caso de descumprimento de qualquer dos prazos, a Justiça fixou multa diária de R\$ 10 mil reais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	23 / 04 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Donos da Dimensão e Classi negam em depoimento à Polícia Federal que foram extorquidos por blogueiros

Em contato com a Redação do Jornal Pequeno, o jornalista e blogueiro Luis Cardoso informou neste sábado (22) que conseguiu ter acesso a documentos produzidos pela Polícia Federal, nos quais os empresários Antônio Barbosa de Alencar, proprietário da Dimensão Engenharia, e Pedro Ricardo Aquino da Silva, dono da Classi Segurança Privada, informaram que não foram vítimas de extorsão supostamente praticada por blogueiros recentemente presos em São Luís.

Segundo Luis Cardoso, os dois empresários, em depoimento à Polícia Federal, negaram terem sido extorquidos por blogueiros alvo da operação da Polícia Federal realizada no dia 21 de março – alguns deles foram presos e outros conduzidos coercitivamente para a sede da PF na capital maranhense.

Em depoimento à PF, segundo Luis Cardoso, os dois empresários disseram que não têm relação com blogueiros, que nunca foram procurados por eles ou por intermediários visando fazer negócios escusos em troca de retirada de informações ou de omissão de denúncias.

Luis Cardoso foi enfático ao afirmar que a Polícia Federal não tem competência jurídica para apurar denúncias de extorsão que não envolvam recursos da União. Ele frisou que acredita que o serviço de investigação levado a efeito até agora pela PF "parece algo para a produção de peças que serão entregues ao Sistema de Segurança Pública do Estado".

Cópias dos termos de declarações prestadas pelos dois empresários à PF foram entregues ontem por Luis Cardoso a veículos de comunicação de São Luís – jornais, emissoras de rádio e de televisão. Ele acrescentou que uma advogada, identificada como Ana Beatriz, informou-lhe que o seu cliente, o empresário Ilson Mateus, dono do Grupo Mateus, também teria desmentido que fosse extorquido por blogueiros.

A investigação contra os blogueiros permanece sendo feita pela Polícia Federal. No dia 21 de março passado, cerca de 14 blogueiros prestaram depoimento a vários delegados e depois foram liberados. Na ocasião ficou preso apenas um agente da Polícia Federal, Danilo dos Santos Silva, que estaria vazando informações de operações realizadas pela

PF no Maranhão, além de desviar recursos federais destinados ao sistema carcerário do Estado. Danilo dos Santos Silva, que foi secretário adjunto de Administração Penitenciária, encontra-se preso em Brasília. Para o Ministério Público Federal, Danilo dos Santos Silva e os blogueiros Luis Assis Cardoso Silva de Almeida (Luis Cardoso), Luis Pablo Conceição Almeida (Luis Pablo) e Hilton Ferreira Neto (Neto Ferreira) eram os líderes de uma organização criminosa.

Na época, o juiz federal José Magno Linhares Moraes afirmou que a prisão temporária dos quatro foi necessária para evitar a ocultação, destruição e falsificação de provas, assim como combinação fraudulenta entre os investigados. Eles foram acusados por extorsões, corrupção ativa e crimes contra a honra.

As investigações dizem que os blogueiros cobravam de R\$ 1,5 mil a R\$ 10 mil por postagem. Segundo a PF, havia casos em que uma postagem dizia, por exemplo, que alvos de operações policiais tinham parentescos com políticos locais, apenas para fazer chantagem. Nas investigações, foram usadas interceptações telefônicas e foram realizadas diligências de campo. A polícia chegou a captar imagens de um motel, onde o grupo se reuniu para discutir ações. A PF disse que divulgou os nomes dos suspeitos para encorajar outras possíveis vítimas a denunciá-los. O MPF ainda constatou que o grupo de Danilo e Luis Cardoso contava com a participação secundária de outros blogueiros, como Antônio Marcelo Rodrigues da Silva (Marcelo Minard), Ezequiel Martins da Conceição (Kiel Martins), Antônio Martins Filho (Nego John), Marcelo Augusto Gomes Vieira e Yuri dos Santos Almeida. Os cinco foram conduzidos coercitivamente para prestar depoimentos na sede da Polícia Federal, na Cohama.

A PF também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão nos endereços usados pelos citados na investigação e na execução da Operação Turing. O nome da operação faz referência ao cientista e matemático britânico Alan Turing, responsável por criar uma máquina durante a Segunda Guerra Mundial capaz de interceptar e decodificar dados criptografados transmitidos pela máquina Enigma.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 24 / 04 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sepultadas três vítimas de raio em Cachoeira Grande

Mariete Silva, de 28 anos, e seus dois filhos menores, Yago, de 6 anos e Valderson, de 8 anos, foram velados ontem sob forte comoção de familiares

ISMAEL ARAÚJO
 Da Editoria de Polícia

Na tarde de ontem foram sepultados o corpo de Mariete Silva, de 28 anos, e de seus dois filhos menores, Yago, de 6 anos e Valderson, de 8 anos, no cemitério da cidade de Cachoeira Grande, área da Região do Munim. Eles foram vítimas de um raio durante um temporal ocorrido na tarde de sábado, 22, quando estavam dentro de sua residência, localizada no povoado Riacho Doce, zona rural do município. Somente este ano, cinco pessoas já morreram vítimas de descarga elétrica nessa localidade.

Segundo informações da polícia, Mariete Silva, que estava grávida de oito meses, estava em companhia de seus três filhos e marido, identificado apenas como Valdir.

O velório das vítimas ocorreu durante todo o dia de ontem na residência dos pais de Mariete, na Vila Lindão, no povoado Riacho Doce. Somente, no final da tarde que os corpos foram sepultados no cemitério da cidade e contou com a presença de vários moradores e parentes das vítimas.

Os familiares das vítimas estavam fortemente abalados com essa tragédia. Uma delas, identificada como Francisca, ainda não tinha acreditado que a sua família estava passando por aquele momento que denominou de turbulento e de muita dor.

Tragédia

A Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeira Grande informou por meio de nota que na tarde do último sábado caiu um temporal acompanhado de descargas elétricas na cidade. Um desses raios acabou caindo em cima da residência das vítimas.



Velório das três vítimas realizado na residência dos pais de Mariete Silva, na zona rural do município

NÚMERO

5

Pessoas já foram mortas por descarga elétrica durante este ano em Cachoeira Grande, área do Munim

Segundo a nota, Mariete Silva estava deitada com seus dois filhos menores no cama do seu quarto e o seu esposo, Valdir, estava deitado em uma rede na sala com o seu filho caçula, Davyson, de 8 anos.

Mariete e seus dois filhos morreram ainda no local, enquanto Valdir e o filho caçula ficaram gravemente feridos. Eles foram levados primei-

ramente ao Hospital Municipal de Morros, mas, tiveram que serem transferidos para o Hospital Municipal Socorrão II, na Cidade Operária. Ainda na tarde de ontem, eles estavam nessa unidade de saúde correndo risco de morte.

Outras vítimas

No mês de janeiro deste ano, um pastor de um templo evangélico, identificado apenas como Davi, de 37 anos, morreu após sofrer uma forte descarga elétrica. O fato ocorreu quando a vítima estava realizando um reparo no teto da igreja, localizada na Vila Lindão, em Cachoeira Grande.

O outro caso ocorreu no mês de março e a vítima foi Vanessa, 40 anos,

de 23 anos. A polícia informou que ela chovia quando estava manuseando um secador de cabelo e acabou sofrendo uma descarga elétrica dentro de sua residência, no povoado Santo Antônio, zona rural de Ca-

Esposo e filho caçula também atingidos correm risco de morte

choeira Grande.

Ela morreu ainda no local. O corpo da vítima foi removido para o Hospital Municipal de Morros onde realizaram os exames periciais e, logo após, liberado para os familiares.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 7	

IML registrou a entrada de seis corpos no feriadão

Somente na sexta-feira ocorreram três assassinatos na Ilha com uso de arma de fogo

Seis corpos deram entrada no Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, durante o feriado prolongado. Somente na última sexta-feira ocorreram três assassinatos na Ilha, casos que estão sendo investigados pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP). Mas ainda ontem não havia registro de prisão dos acusados.

Uma das vítimas foi identificada como Josias Serra das Silva, de 19 anos. Ainda segundo informações da polícia, ele foi morto a tiros desferidos por homens não identificados, no bairro Ivar Saldanha. A motivação desse crime não foi revelada pela polícia.

Jadielson Coelho Serra, de 29 anos, também foi assassinado a tiros, na Vila Brasil. O corpo foi removido para o IML e a polícia ainda não identificou até a tarde de ontem os autores do crime.

A outra vítima de homicídio doloso foi Anilson Dias Reis, de 42 anos. A polícia informou que ele levou vários tiros efetuados por homens não identificados, no bairro de Fátima, e levado para o Hospital Municipal Socorrão I, no Centro, mas veio a falecer antes de ser sub-



Divulgação

Movimento foi intenso no IML

metido a tratamento cirúrgico.

Outros corpos

No último sábado, deram entrada mais dois corpos no IML e teriam sido vítimas de queda. Elas foram identificadas como Ernane Ferreira Saminez, de 85 anos, e José Alves Camelo, de 79 anos.

Já o corpo de Fernando Rodrigues, idade não revelada, deu entrada no IML no final da manhã de ontem. A polícia informou que ele teria sido vítima de acidente de trânsito ocorrido na Ilha e levado para o Hospital Municipal Socorrão I, no Centro, onde veio a falecer. O caso vai ser investigado pela Delegacia de Acidente de Trânsito (DAT), localizada no Centro. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 24 / 04 / 2017 Página 7		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia prende falso oficial de justiça

Walter Moreira de Souza Filho foi detido na cidade de Icatu portando um revólver calibre 38

Falso oficial de justiça, identificado como Walter Moreira de Souza Filho, foi preso durante a madrugada de ontem pela Polícia Militar na cidade de Icatu, Região do Munim. Em poder dele, os policiais ainda apreenderam um revólver calibre 38 com numeração raspada.

Ele foi abordado pelos policiais no Centro dessa cidade e se apresentou como oficial de Justiça. Ainda segun-

do a polícia, o detido chegou a apresentar uma carteira falsa aos militares e ao revistado foi encontrado a arma de fogo.

Walter Moreira foi preso e levado para a Delegacia Regional de Rosário onde foi autuado por porte ilegal de arma de fogo. O revólver apreendido ainda esta semana vai ser encaminhado para o Instituto de Criminalística de São Luís para ser periciado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 22 / 04 / 2017 Página 1		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

JUSTIÇA

Fugitivo de Pedrinhas é preso pela Polícia Rodoviária Federal

Um homem considerado fugitivo da Justiça foi preso, na tarde de ontem, pela Polícia Rodoviária Federal. Ele havia recebido benefício de saída temporária no Natal de 2016, mas não retornou a Pedrinhas, onde cumpria pena.

Segundo a PRE, os agentes fizeram a abordagem de um veículo na BR-135, no povoado São Francisco, no município de Itapecuru-Mirim, e o condutor, um rapaz de 24 anos, estava com uma CNH falsa, contendo dados de outra pessoa, mas com sua foto. O homem não teve seu nome divulgado pela PRE, que também levou o seu acompanhante de veículo para averiguação na delegacia.

Foragidos da Justiça

Dos 501 presos que receberam o benefício da saída temporária de Páscoa, 46 não retornaram para a cadeia no prazo

estabelecido e são considerados foragidos pela Justiça. Em 2016, 47 presos não retornaram no mesmo período.

O benefício da saída temporária da Páscoa foi concedido pela Justiça para 548 presos do sistema prisional do Maranhão, segundo portaria divulgada pela 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, mas 47 deles não cumpriam os requisitos necessários para saírem efetivamente.

A informação foi confirmada pela 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, que autorizou as saídas. Segundo a portaria de liberação, o retorno dos internos deveria ocorrer até o fim da tarde da última terça-feira (18).

Por ano, os presos têm direito a cinco saídas temporárias (Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal) - benefício previsto na Lei de Execuções Penais. Nas saídas temporárias de 2016, 180 detentos não voltaram aos presídios onde cumpriam penas.

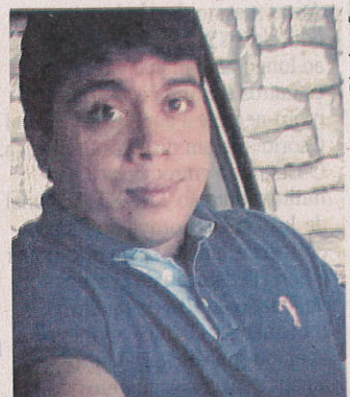
VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Urbano () Geral (X) Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
(X) Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog	() Outros	
DATA 23 / 04 / 2017	Página 12	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Soldado da CPTur morre após sofrer parada cardíaca

NELSON MELO

Um soldado que era lotado na Companhia de Policiamento Independente de Turismo (CPTur), identificado como Bruno, morreu neste sábado (22) quando jogava bola na quadra do Comando Geral da Polícia Militar (CGPM), no bairro do Calhau, em São Luís. Conforme informações divulgadas pela polícia, ele sofreu uma parada cardíaca fulminante, morrendo em seguida. As informações foram repassadas pelo comandante

da CPTur, tenente-coronel Roberto Filho, que está de férias e fora do Brasil, mas lamentou o ocorrido, mencionando que o soldado era um excelente profissional e orgulho para a corporação por sua atuação incansável no combate à criminalidade. Bruno havia ingressado na Polícia Militar do Maranhão em 2010 e não resistiu no Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão1). Morador do bairro do Desterro, o soldado Bruno está sendo velado na Central de Velórios da Pax União, na Rua Grande.



O soldado Bruno morreu após sofrer parada cardíaca em jogo

Dupla rouba vítimas em terminal e é presa no Anel Viário

Uma guarnição da Companhia de Policiamento Independente de Turismo (CPTur) prendeu Danilo Cruz Santos e Paulo Cícero Marques da Silva, no Anel Viário, região central de São Luís, na noite de sexta-feira (21). Segundo relato pelos próprios policiais, os dois haviam roubado duas mulheres dentro do Terminal de Integração da Praia Grande, sendo localizados pouco depois. A dupla, assim que a guarnição adentrou no terminal, já tinha embarcado em um ônibus da linha Parque Timbiras/Bom Jesus, conforme dito pelo tenente-coronel Roberto Filho, comandante da CPTur. O coletivo foi parado na rotatória do Anel Viário, sendo que os militares recuperaram os objetos levados das vítimas. Ambos já tinham antecedentes criminais por roubo. (NM)

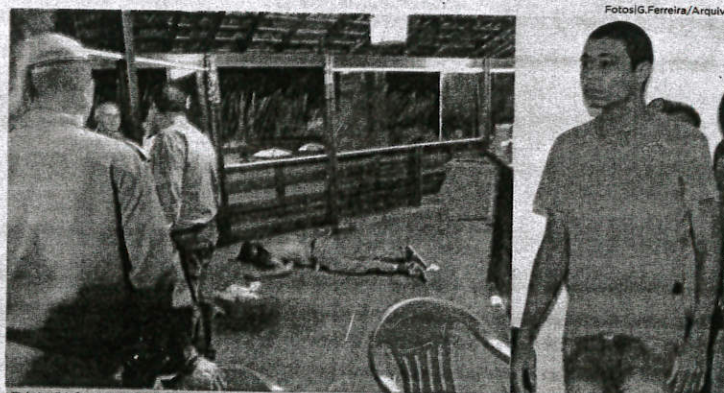
Assassinato de Décio Sá completa 5 anos e só executores foram julgados

Agiotas e 'Júnior Bolinha' sequer foram pronunciados a júri; condenado, matador não delatou mandantes

OSWALDO VIVIANI

O assassinato do jornalista e blogueiro do Grupo Mirante, Aldenísio Décio Leite de Sá, conhecido como Décio Sá – crime ocorrido no fim da noite de 23 de abril de 2012, num restaurante da avenida Litorânea (orla de São Luís) – completa hoje 5 anos, com um resultado pífito da Justiça: dozoze acusados por envolvimento no crime, apenas dois foram julgados e condenados: o pistoleiro paraense Jhonathan de Sousa Silva, 29 anos, e seu “piloto de fuga” Marcos Bruno Silva, ambos presos em Pedrinhas. Jhonathan foi condenado a 27 anos e 5 meses e Marcos Bruno, a 18 anos e 3 meses.

Nenhum dos três acusados, pela polícia e pelo Ministério Público, de serem os mandantes do homicídio – os suspeitos de agiotagem Gláucio Alencar Pontes de Carvalho, 39 anos, e seu pai José de Alencar Miranda de Carvalho, 78, além do empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o “Júnior Bolinha”, 41 – sequer foram pronunciados a júri. A motivação do crime, segundo a polícia e o MP, teriam sido postagens no blog de Décio sobre o envolvimento de um grupo de agiotas de São Luís no assassinato do comerciante de carros Fábio dos Santos Brasil Filho, o “Júnior Foca”, ocorrido em Teresina (PI), em 31 de março de 2012, pouco mais de 20 dias antes da morte de Décio. Para os investigadores, as postagens no blog, se persistissem, poderiam prejudicar os esquemas dos agiotas envolvendo mais de 40 prefeituras maranhenses. O suspeito de agiotagem Gláucio Alencar e o empresário “Júnior Bolinha” negaram essa suposta



Décio Sá foi assassinado a tiros num restaurante da Litorânea pelo pistoleiro paraense Jhonathan Silva (det.)

motivação em entrevistas exclusivas ao **Jornal Pequeno**. Gláucio disse: “Tinha gente muito mais forte e poderosa do que eu e com mais motivos do que eu para mandar matar o Décio”. Já “Júnior Bolinha” denunciou, embora sem provas, um grande empreiteiro como mandante do assassinato.

O ASSASSINATO

Décio Sá foi assassinado com 6 tiros de pistola Glock ponto 40 (dois na cabeça, três no tórax e um no ombro), no restaurante Estrela do Mar, na Litorânea. O crime teve grande repercussão no Maranhão e no país. O jornalista – que cobria a área política no jornal O Estado do Maranhão – era casado com Silvana Sá e tinha uma filha de 8 anos. Silvana estava grávida de dois meses na época do crime. O bebê – Lucas – nasceu em novembro de 2012 e hoje tem 4 anos. Após investigações, a polícia maranhense desencadeou, em 13 de junho de 2012 – menos de dois meses depois do crime – a “Operação Detonando”, prendendo Gláucio Alencar, José Miranda (ambos cumprindo, atualmente, prisão domiciliar),

“Júnior Bolinha” (acusado de intermediar o assassinato, preso no Presídio São Luís 1, em Pedrinhas); e Fábio Aurélio do Lago e Silva, o “Bucheça” (acusado de apresentar o pistoleiro Jhonathan a Júnior Bolinha, que ganhou o direito de responder em liberdade, mas que voltou a ser preso, recentemente, por roubo e clonagem de carros). Jhonathan de Sousa Silva, pistoleiro paraense de Xinguara, foi preso dias antes da deflagração da “Detonando”, por crime de tráfico. Condenado por matar Décio Sá, Jhonathan passou uma temporada num presídio federal (Campo Grande, no Mato Grosso do Sul), e hoje cumpre o restante de sua pena em Pedrinhas. Jhonathan confessou o assassinato de Décio, mas nunca disse quem encomendou a execução. Já chegou a mencionar “Júnior Bolinha” como mandante, mas depois, em novo depoimento, negou a acusação. Envolveu no crime um certo “Neginho Barrão” (Marco Antônio Sousa Santos), que foi cobrador de “Bolinha” e não chegou a ser preso. Jhonathan também nunca incriminou Gláucio Alencar nem qualquer um dos outros

envolvidos indicados pela polícia ou pelo MP. Também foram apontados como envolvidos no assassinato de Décio Sá:

- Fábio Aurélio Saraiva Silva, o “Fábio Capita” (capitão do Batalhão de Choque da PMMA, acusado de fornecer a arma do crime – uma pistola ponto 40; que responde em liberdade);
- O advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro (“impronunciado” pela Justiça no caso; isto é, não vai enfrentar julgamento, apesar de ter sido acusado pela polícia de ser o “braço jurídico” dos agiotas Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda);
- Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros (investigadores da Seic, que dariam suporte informal aos suspeitos de agiotagem Gláucio Alencar e José Miranda; impronunciados);
- Elker Farias Veloso (que supostamente deu apoio logístico ao assassinato; está preso em Minas Gerais por outro crime; impronunciado);
- Shirliano Graciano de Oliveira, o “Balão” (supostamente deu apoio logístico ao assassinato, mas nunca foi preso; impronunciado).

Fotos: G. Ferreira/Argulvo



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 21 / 04 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Bandidos criam pânico na cidade após assalto

Dupla enfrenta a polícia durante perseguição e provoca colisões na Guajajaras envolvendo vários veículos, mas acaba presa; três militares saíram feridos

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Bandidos mais uma vez conseguiram instalar o pânico em São Luís. Dois criminosos, identificados como Michel Cristian Santiago Moraes, de 23 anos, e Walisson Henrique Oliveira da Silva, de 24 anos, no começo da tarde de ontem, assaltaram uma floricultura, nas proximidades do terminal rodoviário, no bairro do Santo Antônio, e no momento da fuga sequestraram o proprietário do estabelecimento. Juraci Macedo, de 60 anos, roubaram seu veículo, uma Hilux prata de placas OXT-2786, e ainda trocaram tiros com policiais militares. A confusão acabou deixando o trânsito engarrafado na Avenida Guajajaras, nas proximidades do bairro do João de Deus. Três soldados da Polícia Militar ficaram feridos e quatro veículos foram danificados.

“Eu estou com receio de ser assaltado mais uma vez, pois os bandidos foram presos, mas logo estão livres e voltam a roubar na cidade”, desabafou Juraci Macedo. Ele declarou ainda que estava com a esposa em seu estabelecimento comercial quando foi abordado pelos assaltantes. Ele disse que os assaltantes agiram com muita violência.

Os criminosos, portando arma de fogo, fizeram um “raspa” dentro da floricultura e levaram a renda do dia. No momento da fuga, eles colocaram o empresário dentro da Hilux e o liberaram na Avenida Santos Dumont, no bairro São Cristóvão. “Até o momento, estou muito nervoso devido a ter passado por todo esse momento de pânico”,



Caminhonete usada pelos bandidos Michel Cristian e Walisson Henrique capotou na Avenida Guajajaras



Fotos/Flore Dolores

SAIBA MAIS

Assaltantes na prisão

Os criminosos Gilberto Santos Almeida Filho, de 28 anos, e Carlos Jorge Reis Machado, de 26 anos, tomaram um veículo Fiat Uno vermelho, de placas não identificadas, no

bairro do Anil, e invadiram uma residência, localizada na Cohab-Anil, onde fizeram os moradores reféns na tarde de quarta-feira, 19. Eles foram conduzidos à DRFV.

afirmou Juraci Macedo.

Tiroteio

O soldado Jonatas, do Grupo Tático Móvel (GTM) do 9º Batalhão da Polícia Militar, disse que a Hilux prata foi interceptada pela guarnição na Avenida Santos Dumont. Os criminosos, ao perceberem que estavam sendo perseguidos pela polícia, começaram a atirar em dire-

ção aos militares.

Houve troca de tiros em plena via pública e os bandidos mais uma vez foram interceptados pela polícia, na Avenida Guajajaras, nas proximidades do bairro do João de Deus. Ainda de acordo com o soldado, nessa localidade os assaltantes conseguiram colidir a Hilux na viatura da Polícia Militar e em outro veículo, um Palio

prata, de placas OIX-6003, e capotou em seguida.

A viatura da PM, devido ao choque com a caminhonete, acabou colidindo de forma lateral em um coletivo, da empresa Viper, linha Cidade Olímpica via São Francisco. Os policiais sofreram lesões leves e foram levados para o Hospital do Servidor, na Cidade Operária.

Os dois assaltantes foram presos e conduzidos para a Delegacia de Roubo e Furtos de Veículos (DRFV), na Vila Palmeira. Em poder dos bandidos, a polícia apreendeu um revólver calibre 38 e uma pistola 765. O delegado Jeffrey Furtado afirmou que os conduzidos foram autuados pelos crimes de roubo qualificado com concurso de pessoas e uso de arma de fogo. Walisson Oliveira, inclusive, já tem passagem pela polícia por roubo. ●

Polícia apreende 1,5 tonelada de drogas

Entorpecente, procedente de Goiânia, seria usado para abastecer as bocas de fumo na Grande Ilha

Bando especializado em tráfico de entorpecentes está adotando uma nova modalidade criminosa, denominada “Cavalo Doido”, que visa garantir que uma grande quantidade de droga possa chegar ao traficante de forma mais rápida. Ainda ontem, a equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) apreendeu uma tonelada e meia de maconha, avaliada em torno de R\$ 2 milhões, na cidade de Miranda, e prendeu o goiano Wallace Fernandes Batista de Brito, de 25 anos.

O delegado Danilo Veras, chefe do Departamento de Repressão ao Narcotráfico, órgão ligado à Senarc, declarou que a polícia, por meio de investigação, ficou sabendo que ontem uma grande quantidade de entorpecente vinda de Goiás chegaria via terrestre na capital para abastecer bocas de fumo.

Os policiais armaram campanha ao longo da BR-135 e na manhã de ontem, na zona rural de Miranda, interceptaram um veículo S10 branco e encontraram vários tabletes de maconha. O carro era conduzido por Wallace Brito.

O delegado informou que os criminosos deixaram apenas o banco do motorista e espalharam a droga por toda a parte do carro. Havia maconha até mesmo na carroceria. “Esse veículo foi roubado em fevereiro deste ano em Goiânia para ser usado no transporte de droga”, disse Danilo Veras.

O detido declarou em seu depoimento que havia recebido esse carro carregado de droga em um estacionamento de um supermercado, em Goiânia, e que entregaria a droga a uma pessoa, nome não re-



Fotos/Flore Dolores

Wallace Fernandes Batista era quem conduzia a caminhonete

FIQUE SABENDO

A denominação de “Cavalo Doido” é quando os traficantes roubam um veículo e retiram todos os bancos, deixando o espaço para ser preenchido com droga e sempre contratam um motorista para conduzir o carro em alta velocidade para o entorpecente chegar mais rápido ao destino.

velado, no aeroporto de São Luís, no Tiritirral. Ele afirmou que receberia por esse serviço a quantia de R\$ 7 mil.

O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Senarc, informou que as investigações vão continuar visando prender os outros integrantes do bando. Ele também disse que somente este ano a equipe da superintendência conseguiu apreender mais de duas toneladas de drogas entre maconha, crack e cocaína em incursões no estado. Mais de 30 armas de fogo foram retiradas dos criminosos. ●

NA WEB

Quadrilheiro é preso na cidade de Santa Inês
oestadoma.com/426932/

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com

Mulher acusada de estelionato na prisão
oestadoma.com/426933/

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com

Dupla tenta assaltar agência dos Correios
oestadoma.com/426934

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com

Homem é preso por porte ilegal de arma
oestadoma.com/426935

Mais notícias de Polícia em: oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017 Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Proprietário de bar mata cliente com golpes de facão em João Lisboa

Um homem, identificado como José Wilson Araújo Alves, de 54 anos, foi assassinado com diversos golpes de facão, na noite de sexta-feira (21), na cidade de João Lisboa, sudoeste do Maranhão. Ele morreu durante uma briga registrada em um bar, cujo proprietário teria o esfaqueado após um desentendimento entre ambos, por volta das 20h, segundo informações policiais.

No decorrer da briga, o cliente foi atingido pelas facadas no rosto e no pescoço, e ainda foi levado urgentemente a um hospital, onde não foi possível salvá-lo, pois já chegou praticamente sem vida. O dono do bar, Urandi Alves de Sousa, 52, foi preso logo depois, alegando que apenas se defendeu de uma agressão que sofreu, tendo em vista que a vítima, aparentemente embriagada, arremessou em sua direção uma garrafa de cerveja.

Na residência do suspeito, policiais militares apreenderam o facão usado no crime, uma cápsula deflagrada e uma quantia em dinheiro no valor de R\$ 3.495 mil, que estava dentro de uma sacola. O delegado plantonista Gustavo Tavares o autuou em flagrante no Plantão Central da Delegacia Regional de Segurança.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017 Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Gestante e dois filhos morrem após raio atingir casa em Cachoeira Grande

Ao menos três pessoas da mesma família – entre elas uma gestante – morreram atingidas no sábado (22) por um raio, no povoado Riacho Doce (zona rural do município de Cachoeira Grande, na região do Munim,

a 110 km de São Luís). Duas pessoas ficaram gravemente feridas e foram levadas para o Hospital Clementino Moura (Socorrão 2), em São Luís. O raio que ocasionou a tragédia caiu sobre a casa da

família, atingindo seus cinco moradores. A gestante morta foi identificada até a manhã deste domingo apenas como Mariete. Ela estava grávida de oito meses. Dois filhos de Mariete, que

estavam deitados numa cama, morreram ainda no local. Os dois sobreviventes foram o pai da família, identificado como Valdir, e uma criança. Ambos estavam deitados numa rede quando o raio atingiu a casa.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 24 / 04 / 2017 Página 12		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Senarc apreende mais de uma tonelada de maconha avaliada em R\$ 2 milhões

NELSON MELO

A Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) efetuou a apreensão de aproximadamente 1,2 tonelada de maconha prensada, que foi estimada em cerca de R\$ 2 milhões. Os tabletes foram recolhidos na BR-135, em Miranda do Norte, na manhã desta quinta-feira (20), sendo que os investigadores prenderam Wallace Fernandes Batista de Brito, de 25 anos.

Após receber informações de que um grande carregamento iria passar pela rodovia com destino a São Luís, explicou o delegado Danilo Veras, da Senarc, as equipes se posicionaram em uma barreira na BR-135 e, ao revistar um carro modelo Chevrolet S10 branca, verificaram que ali havia muitos "tijolos" de maconha. As



Wallace Fernandes e a maconha trazida por ele de Goiânia para São Luís

barras foram encaixadas no local onde ficam os bancos, exceto o do condutor, que foram retirados

para que os tabletes fossem todos acondicionados. Essa modalidade de transporte

da droga, esclareceu Danilo, é conhecida como "cavalo doído". O motorista do carro, Wallace Fernandes, disse que receberia R\$ 7 mil pelo deslocamento da droga e que adquiriu o material no estacionamento de um supermercado em Goiânia-GO. Já na capital maranhense, os tabletes seriam deixados no estacionamento do Aeroporto Marechal da Cunha Machado, no Tirirical, para que um desconhecido por lá passasse, como combinado, e levasse as barras para pontos selecionados da cidade.

À tarde, houve uma entrevista coletiva na sede da Senarc, no Bairro de Fátima, onde o delegado Danilo Veras descreveu a situação. Wallace Fernandes foi autuado em flagrante por tráfico de drogas e foi transferido para o Complexo de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	24 / 04 / 2017	Página 12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Paty do Iphone

Golpista é presa por vender celulares da Apple e não entregar

LUCIENE VIEIRA

A Polícia Civil apresentou ontem (20) Patrícia Costa Martins, de 28 anos, popularmente conhecida por "Paty do Iphone", suspeita de vender celulares do fabricante Apple, e não entregar os aparelhos aos compradores. Ao menos 50 pessoas caíram no golpe; as vítimas eram conquistadas por preços muito abaixo do valor de mercado, cerca de R\$ 1 mil cada produto, cujo faturamento total no golpe beira R\$ 60 mil. Patrícia Costa Martins foi capturada no dia 12 de abril, em São Raimundo das Mangabeiras, e apresentada. "Paty do Iphone" era procurada pela polícia desde abril de 2016, quando o crime teria sido descoberto, após a estelionatária ter sido citada em vários boletins

de ocorrência, registrados na Delegacia do Consumidor. A partir de então o caso passou a ser investigado, de acordo com o delegado Day Robson Costa, que integra a equipe da Delegacia de Defraudações. No dia 12 deste mês, a Delegacia Regional de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (Senarc/ITZ) deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva em desfavor de Patrícia Costa, decretado pela Central de Inquérito do Fórum da Comarca de São Luís. De São Raimundo das Mangabeiras, ela foi levada para o Presídio Regional de Imperatriz, onde ficou recolhida por cinco dias. Conforme o delegado, Patrícia foi transferida entre segunda-feira (17) e terça-feira (18), para São Luís, onde está detida na Penitenciária Feminina

do Conjunto de Unidades Prisionais de Pedrinhas.

O CRIME

O delegado informou que as vítimas eram quem procuravam Patrícia Martins, atraídas pelo preço do Iphone bem a baixo do mercado; e, achando que estavam fazendo um bom negócio, iniciavam a negociação com a suspeita de estelionato. Day Robson disse ainda também que ela, após receber o pagamento, cedia um prazo de 30 a 40 dias para que o produto chegasse do exterior, fosse confirmada a entrega, e fosse avaliado pelo cliente. No entanto, o celular nem sempre chegava às mãos de quem comprava, e Patrícia não devolvia o dinheiro da mercadoria.



Patrícia Costa, a "Paty do Iphone", quando era apresentada na Delegacia de Defraudações

G. Ferreira